

**EDIÇÃO E ESTUDO  
DOS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS  
DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS  
DA CIDADE DO SALVADOR**

*Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)*  
[gsobral@uneb.br](mailto:gsobral@uneb.br)

Em 10 de Abril de 1932, inaugura-se o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, com o objetivo de ser guardar toda a documentação do antigo Senado da Câmara deste o período colonial.

O seu vasto acervo está dividido entre arquivos permanentes, arquivos de impressos e biblioteca, arquivos audiovisuais (fotografias e *slides* de aspectos urbanos de Salvador e de seus habitantes entre os anos 40 e 90 do século XX, projetos arquitetônicos, filmes e partituras musicais) e arquivos correntes e intermediários (documentos do Poder Público municipal).

Compondo a documentação dos arquivos permanentes estão provisões reais, atas da Câmara, provisões do Governo e Senado, posturas Municipais, provisões do Senado, registro de Patentes de Militares, provisões do Governo, cartas de Eclesiásticos, circulares da Câmara, certidões do Senado, escrituras de compra e venda de escravos, cartas do Senado à Sua Majestade etc.

Infelizmente as condições de acondicionamento dos documentos não são condizentes com seu valor. Os encadernados ficam em prateleiras sem um suporte adequado e os avulsos em caixas de papelão simples e sem nenhum invólucro protetor. Além disso, a temperatura e a umidade do ambiente corroboram com a proliferação de agentes biológicos que favorecem a deterioração do acervo.

Com o intuito de preservar e divulgar esta documentação, vem sendo desenvolvido um trabalho em duas etapas: inicialmente, é feito um levantamento e seleção da documentação a ser editada, respeitando o estado de conservação, que permita o manuseio e a leitura, e, em seguida, realizado um estudo dos processos argumentativos presentes, objetivando compreender a mentalidade dos administradores da Cidade do Salvador no período em questão. É importante res-

saltar que, sendo, estes documentos, fontes primárias, editá-los é uma etapa fundamental neste estudo, pois materializam fatos importantes da história do povo soteropolitano.

A pesquisa é concentrada, prioritariamente, nos livros de registro de Cartas a Sua Majestade, nos séculos XVII e XVIII, mas também já foram editados requerimentos da população enviados à Câmara e documentos do livro *Identidade de Pretos*. No presente trabalho, serão apresentados alguns resultados das análises possibilitadas pelas edições de documentos da segunda metade do século XVIII e, em seguida, a edição de um manuscrito do início da primeira metade do século em questão, que compõe o atual conjunto de documentos da pesquisa, acompanhada de breves considerações, a partir dos pressupostos teóricos da Nova Retórica, na qual argumentar é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 50).

Sobre a edição dos manuscritos, além da dificuldade de leitura em virtude do traçado das letras e do estado de conservação dos manuscritos, outro problema encontrado diz respeito ao grande número de abreviaturas, que totalizaram 927 ocorrências, sendo 06 por contração, 301 por suspensão e 620 por letra sobreposta. Destaca-se também o fato de, num mesmo manuscrito, aparecerem formas abreviadas distintas para uma mesma palavra, permitindo uma multiplicidade de significados para uma mesma abreviatura, principalmente em relação a nomes próprios.

Editados os documentos, procedeu-se ao agrupamento dos testemunhos para análise. Sendo todos os documentos datados da segunda metade do século XVIII, foram divididos em dois grupos, tomando-se como base para o agrupamento o auditório: o primeiro é composto de cartas dirigidas ao Rei D. José I; o segundo é composto de cartas dirigidas à Rainha D. Maria I. Todas as cartas têm como tema questões financeiras, que afetavam diretamente o cotidiano dos soteropolitanos.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 131), “para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhe as reações”, o que pode ser comprovado com a variedade de argumentos empregados pelos ca-

maristas da cidade de Salvador para o estabelecimento do acordo essencial em todo processo argumentativo e, conseqüentemente, a adesão de sua tese.

Todo acordo está fundamentado em duas categorias: a relativa ao real, que são os fatos, as verdades e as presunções, e a relativa ao preferível, aquela que diz respeito aos valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Entende-se aqui por real apenas o que um auditório acredita ou simplesmente entende ser real.

A categoria do real pode ser ilustrada, no *corpus* aqui analisado, da seguinte forma: a administração da Cidade do Salvador era exercida pelo Senado da Câmara (fato), que realizava obras de manutenção e melhoria da cidade (verdade), visando à qualidade de vida dos seus habitantes (presunção).

Entre os argumentos baseados na estrutura do real presentes nos discursos entre a Câmara do Senado de Salvador e a Corte Portuguesa, no período que abrange a pesquisa, estão: o argumento pragmático, que é definido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 303) como “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis”; o argumento do desperdício, que consiste em defender a continuidade de uma atividade para que não sejam perdidos o tempo e o investimento já empregados. É aquele que incita a continuar a ação começada até o êxito final; o argumento de autoridade, aquele que utiliza o juízo de valor de uma pessoa ou de grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

Há ainda a ocorrência dos argumentos que fundam a estrutura do real, isto é, aqueles situados no exemplo, no modelo, no antímodo etc.

Analisando a ocorrência do argumento de autoridade, observa-se a presença em 50% do *corpus*. Este índice demonstra que os camaristas reconheciam a necessidade, em determinadas situações, de utilizar juízos de valor de pessoas da confiança de Sua Majestade como meio de prova da tese defendida.

O argumento de desperdício também foi identificado em 50% do *corpus*. A utilização deste argumento pode representar, junto ao auditório, a valorização do dinheiro da Câmara pelo orador, cuja es-

cassee de recursos, diante das necessidades da Cidade do Salvador, demandaria a solicitação de verbas que eram destinadas à Coroa.

A argumentação pelo exemplo foi a menos utilizada pelos membros da Câmara, sendo encontrada em apenas 20% do *corpus*. Destaca-se o fato de que as ações, de cuja imitação era sugerida, eram atribuídas aos Reis que antecederam D. José I.

A argumentação pelo modelo foi utilizada em 80% do *corpus*, ocupando o segundo lugar em relação aos demais argumentos. Observa-se que o modelo, além de indicar a conduta a ser seguida, serve como garantia para o comportamento adotado. Destaca-se, ainda, que a grande ocorrência deste argumento também está associada à diversidade daqueles tomados como modelo – antigos camaristas, ministros, reis etc.

O emprego da argumentação pelo antimodelo foi verificado em 50% do *corpus*. É possível atribuir à grande utilização deste argumento ao fato de ele, ao sugerir a recusa à conduta de determinadas pessoas por parte do auditório, o orador valorizava o próprio comportamento, já que os antimodelos eram pessoas cujas posições eram contrárias aos interesses do próprio orador, ou seja, os camaristas.

O argumento pragmático ocupa um lugar privilegiado em toda a argumentação, visto que é identificado em 100% do *corpus*. Tal fato justifica-se uma vez que toda argumentação pressupõe um acordo prévio entre orador e auditório e os camaristas sempre utilizavam o bem-comum como principal objetivo de tudo que era requerido. Logo há uma relação direta entre os fatos apresentados e suas possíveis conseqüências.

Após as considerações feitas acerca do primeiro grupo de documentos estudados e tendo em vista a divulgação deste acervo manuscrito, apresenta-se, a seguir, a edição de um documento do início do século XVIII, cujo lançamento, no livro de registro, está nos fólhos 78r, 79r e v, 80r e v. Datado de 27 de agosto de 1701, discorre sobre as benfeitorias de Dom João de Lancastro, governador geral no período de 22 de Maio de 1694 a 03 de julho de 1702.

78 v

Cópia de huma Carta  
 que este Senado escreveu asua Mage-  
 stade sobre o acerto ebom governo  
 do General o S(e)n(ho)r Dom João de  
 05 Lancastro // \_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Senhor= Na Frota do anno passa-  
 do de mil esente centos fizemos pre-  
 zente aVossa Magestade onotavel

79 r

zelo e Cabal acerto com que Dom  
 João de Lancastro Governador e  
 capitão geral deste Estado, etinha  
 avido neste governo, epor que  
 05 continuaraõ as suas proezas  
 he razaõ naõ cessamos com as res-  
 ferir aVossa Magestade // Aca=  
 bou com efeito as seis companhi-  
 as de soldados para o socorro de  
 10 Mombaça / em que vossa Ma-  
 gestade ja falavamas na dita conta/  
 e eram todas maças bem dis-  
 postas e capazes de qual quer oc-  
 cazião, emais parece assentaraõ  
 15 praça obrigados da afebilidade ,  
 emodo do dito Governador, do que  
 de qualquer outro motivo, enaõ  
 ficaraõ alguns sem [...] minera =  
 cãõ , porque se despio para as ves  
 20 tir , e com tudo digo , ecom todo o  
 necessario as embarcou socegadamen-  
 te nas duas Naus de que tambem  
 demos aVossa Magestade parte ,  
 as quaes fez dar a Vossa em sab-  
 25 bado vinte sete de Novembro do dito  
 anno de mil esete centos com belo  
 tempo , eainda que amais peque-

79 v

pequena naõ foi bem succedida de  
 pois de sahir a barra, naõ esteve  
 por elle esta desgraça deque só Deos  
 pode saber a Cauza, elevava amaior tan-  
 05 ta gente emonicões que bastava só pa-  
 ra opretendido socorro, e esperamos ,  
 em Deos lhe naõ fizesse falta a Com-

panheira// Tendo noticia de que no te-  
 quiriça temia da Villa de Camamú  
 10 se tinhaõ achado algumas migalhas  
 de ouro mandou fazer deligencia pa-  
 ra que se descubrissem as Minas delle,  
 enaõ sefez anecessaria por impedi-  
 15 mento da chuva echeia os rios  
 e havendo mandado tambem  
 ao Coronel Antonio da Silva Pi-  
 mentel a outro semelhante desco-  
 brimento e o Certaõ não chegou  
 20 ao Cítio determinado por terno-  
 ticia estava já occupado dos  
 paulistas mas mandou ao Coro=  
 nel Antonio Vieira de Lima a fazer de  
 ligencia em outras partes domesmo  
 Certaõ em que se acharaõ tambem ou-  
 25 tras migalhas de ouro epoderá [...]
 lo e industria do dito Governador  
 vir a achar a inda grandes mi=

80 r

Minas se estiver aqui mais na-  
 anos em utilidade da Fazenda Re-  
 al de Vossa Mag(estad)e e desta Capitania e não será  
 05 muito que se acrescente aquella  
 por intervençaõ sua quando em  
 todos estes annos tem feito haver  
 tam grandes econhecidos argumen-  
 tos nos contractos, efez que os dos  
 10 dizimos se rematasse este anno  
 em cento ecincoenta mil cruza-  
 dos, esperando-se não passasse  
 de cem, assim porque rematan-  
 do-se nesta quantia o anno pas-  
 15 sado perdeu muito quem atomou,  
 como por senaõ esperar ainda  
 cabal safra de Assucar // Por  
 mizericordia de Deos edeligen-  
 cias suas fica esta capitania co  
 notavel abundancia defarinha  
 20 emais mantimentos ecom todo  
 o cuidado e inteireza adminis=  
 tra justiça a todos fazendo que  
 vivamos bem procedidos e em paz  
 e se castiguem os mal feitores, esse  
 25 evitem os delictos eaté os maos cos-

tumes de trajas desonestos, e danças lascivas fez evitar // No cuida-

80 v

- No cuidado da condução edespachodo Tabaco eaviamento desta Frota foi incensante achando-se presente atudo, efazendo só aquilo para que
- 05 muitos não bastariaõ, mas sem embargo disso ainda que não tivera ordens deVossa Magestade para se deter adita Frota / se he que asitinha/ não podera partir mais sendo pelo grande numero de folhas
- 10 de Tabaco, que houve, edescuidado dos carregadores. Finalmente em tudo o que he requeremos por serviço de Vossa Magestade ebem deste Povo
- 15 nos ampara edifere com grande amor epromptidaõ e assim quizeramos, que fosse aqui mais dilatada asua assistencia porem quando onaõ mereçamos por que
- 20 as suas prendas etalento achamaõ para maiores lugares ficará satisfeito anosso desejo, econsolada anossa saudade com o virmos com maiores contentamentos epremios muito iguaes
- 25 aseu merecimento, evontade, para que sirvaõ de estimulo, aque

81 r

- os mais oímitem todos lovem a Vossa Magestade por justo, eliberal remunerador dos que servem A Pessoa de Vossa Magestade nos Guarde
- 05 Deos por muitos annos Bahia e Camara a os vinte esete de A= gosto de mil sete centos ehum// e Eu Pedro Dias Pereira que sirvo de Escrivaõ da Camara o subscree
- 10 vi // Andre Leitaõ de Mello// Joaõ de Barros Machado // Pedro Barboza Leal// Gonçalo Soares da Franca // Joaõ Gonsalves Pinheiro //\_\_\_\_\_//

O manuscrito compõe um bloco de quatro cartas do livro de registro nº 28.8, que foram encaminhadas a Portugal acerca de um mesmo tema. A edição destes documentos permitiu, principalmente, revelar um fato não muito comum na colônia: a defesa de um governador geral entre os administradores da cidade do Salvador, uma vez que era uma relação tradicionalmente conflituosa.

Cada processo argumentativo demanda atitudes específicas do orador. Como já dito, a utilização da argumentação pelo exemplo, no conjunto de documentos analisados, não era freqüente, tendo em vista que a conduta e ações daqueles que interferiam na administração local eram sempre colocadas em dúvida. No entanto a argumentação pelo exemplo, na questão mencionada, foi fundamental por aproximar ações do governador geral ao comportamento dos camaristas, o que confirma que a consciência do lugar social de onde se fala é essencial para validar uma determinada tese.

O estudo, portanto, tem contribuído para a compreensão de um importante momento da história do Brasil, em particular, das relações sociais na Cidade do Salvador.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE; Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal; Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 1996.

FLEXOR, Maria Helena Occhi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: UNESP/Secretaria da Cultura/Divisão de Arquivo do Estado, 1991.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 1996.



RUY, Affonso. *História da câmara municipal do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1996.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles Sobral. *A relação colônia-metrópole no século XVIII*: edição semidiplomática das cartas do senado e estudo da argumentação, 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.